Em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO), diretor da Confederação ressaltou o papel do seguro rural na proteção dos produtores diante dos riscos climáticos

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) destacou a importância do fortalecimento do seguro rural e da ampliação dos recursos destinados à proteção dos produtores em 2027. O posicionamento foi manifestado pelo diretor de Relações Institucionais da entidade, Hailton Madureira, durante audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO), realizada na manhã desta quarta-feira (18), no Congresso Nacional.

A CMO debate propostas de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário brasileiro, especialmente no contexto da elaboração e apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o exercício de 2027.

A discussão ocorre em um cenário de aumento dos prejuízos provocados por eventos climáticos. No primeiro semestre de 2026, as perdas no Brasil chegaram a R$ 51,9 bilhões, superando os R$ 46,7 bilhões registrados em todo o ano anterior. Entre janeiro de 2025 e junho de 2026, a seca respondeu por 93% dos R$ 98,6 bilhões em perdas registradas em 65 eventos climáticos significativos. Apesar disso, apenas 0,6% dos prejuízos provocados pela estiagem contaram com cobertura securitária, segundo o Radar de Eventos Climáticos e Seguros no Brasil, da CNseg.

Ao abordar a experiência internacional, Madureira citou Estados Unidos, China e Índia como exemplos de países que destinam recursos públicos expressivos à subvenção do seguro rural. “Dificilmente o agricultor vai sozinho pagar o seguro rural”, afirmou, ao explicar que o apoio governamental contribui para reduzir o custo das apólices e ampliar o acesso dos produtores à proteção securitária.

O diretor também alertou para a combinação de fatores que aumenta a exposição dos produtores rurais. A intensificação dos eventos climáticos, como enchentes, alagamentos e secas, soma-se aos juros elevados, às margens mais apertadas e à redução da área protegida por seguros. “O agricultor está com muito risco, custo alto e sem seguro. A gente está em um contexto para 2027 de mais risco para o agricultor”, afirmou.

Madureira chamou atenção ainda para o alcance do seguro rural entre pequenos produtores. De acordo com ele, a área média segurada no Brasil é de aproximadamente 50 hectares, chegando a 36 hectares na região Sudeste. “Existe um preconceito de que o seguro rural é uma subvenção para o agricultor rico. Mas, na média, estamos protegendo um pequeno agricultor, que tem mais dificuldade de acesso ao crédito e de negociação e está exposto diariamente a riscos como seca, geada, granizo e excesso de chuva”, disse.

Ao tratar das perspectivas para 2027, o representante da CNseg defendeu na audiência a destinação de recursos entre R$ 2 bilhões e R$ 3 bilhões ao Programa de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Ele também apontou a necessidade de maior previsibilidade no planejamento e na execução dos recursos destinados à política.

Participação parlamentar e de representantes do setor

O deputado federal Domingos Sávio (PL-MG), que presidiu a audiência, também abordou a importância do seguro rural. Ele observou que perdas provocadas por eventos climáticos podem comprometer a capacidade de pagamento dos agricultores, mesmo quando não há inadimplência deliberada.

Relator setorial de Agricultura na CMO, o deputado federal Gabriel Nunes (PSD-BA) destacou a necessidade de buscar soluções para garantir recursos destinados ao seguro agrícola no orçamento de 2027. Durante o debate, ele afirmou que pretende discutir alternativas com integrantes da

comissão e representantes do setor agropecuário.

A inclusão da CNseg entre os convidados da audiência ocorreu a partir de requerimento da senadora Tereza Cristina (PP-MS). Na justificativa, a parlamentar destacou o papel do seguro rural na gestão de riscos climáticos e a importância da subvenção para ampliar o acesso dos produtores à proteção securitária.

Também participaram da audiência a presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Silvia Maria Fonseca Silveira Massruhá; a assessora técnica da Diretoria de Agronegócio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Isabel Mendes de Faria; e o representante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Alceu Moreira.

Fonte: CNseg, em 18.11.2026.